



CARTA-MANIFESTO PELO DESENVOLVIMENTO DA ATHIS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Elaborada a partir das discussões realizadas no Fórum de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social em Mato Grosso (Cuiabá/MT)

A partir da década de 1960, o Brasil viveu um processo de crescimento vertiginoso de suas cidades, impulsionado principalmente pelo êxodo rural. Esse crescimento acelerado, desassistido de ações de planejamento urbano e políticas públicas, acentuou as desigualdades socioespaciais, fomentando debates e reivindicações por parte de movimentos sociais e técnicos. Como resultado dessas pressões, os artigos 182 e 183, que tratam da Política Urbana, foram incluídos na Constituição de 1988.

Após a Constituição, o país avançou na promulgação de diversas leis destinadas a garantir a função social da propriedade e a melhorar as condições urbanas no país, como o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, e o Plano Nacional de Habitação. Dentre estas leis, destacamos a Lei Federal nº 11.888 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Aprovada em 2008, a Lei da ATHIS visa ofertar de forma gratuita os serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação de famílias de baixa renda. Em 2024, completam-se 16 anos de sua promulgação; no entanto, sua implementação ainda não foi plenamente concretizada enquanto política pública e poucos são os projetos, programas e ações que visam garantir esse direito. No estado de Mato Grosso, esse cenário não é diferente.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, publicados no “Déficit habitacional municipal no Brasil 2010” com base no Censo do IBGE de 2010, o estado de Mato Grosso apresentava um déficit habitacional de 97 mil unidades, sendo que metade das famílias se encontrava na faixa de renda de até três salários mínimos. Além disso, 436 mil unidades habitacionais (das quais 50% se encontravam na faixa de renda de até três salários mínimos) são consideradas inadequadas para habitação, devido à carência de infraestrutura, adensamento excessivo, inadequação fundiária, cobertura inadequada ou ausência de unidade sanitária exclusiva. Dados mais recentes, obtidos com base no Censo





Fórum de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social em Mato Grosso

do IBGE de 2022, indicam, por exemplo, que no estado, 14 mil domicílios não possuem banheiro de uso exclusivo. A partir dessas informações, pode-se perceber a importância de ofertar o trabalho de assistência técnica para uma parcela da população que muitas vezes autoconstrói sua moradia sem auxílio técnico e apoio do Estado.

Como resposta, muitas ações voltadas à oferta de assessoria técnica são iniciativas de grupos ligados às universidades – muitas vezes por meio de ações de extensão, pesquisa e ensino –, coletivos independentes ou da sociedade civil organizada, financiados por recursos próprios, patrocínios privados ou editais de chamamento público. Nesta última categoria, destaca-se, desde 2017, a iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) em determinar a destinação de 2% do orçamento de cada CAU/UF para o fomento de ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social locais, contribuindo para a realização dessas ações em Mato Grosso.

Embora o estado ainda não possua uma política pública consistente em ATHIS, contamos atualmente com diversos grupos, nas suas mais diversas configurações, atuando nesta área: as chamadas Assessorias Técnicas Populares (ATPs).

Diante da urgência do debate e da necessidade de impulsionar ações sobre o tema, o primeiro Fórum ATHIS Mato Grosso foi idealizado e organizado pela Modular Assessoria Técnica e Rebojo Assessoria Técnica Popular, com o patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso – por meio do Termo de Fomento nº 01/2024 – e do Instituto Cidade Legal (ICL); e apoiado pela União Coxipoense das Associações de Moradores de Bairro (UCAM), Federação Matogrossense das Associações de Moradores de Bairro (FEMAB), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA).

O Fórum, realizado nos dias 26 e 27 de julho de 2024, contou com palestras, painéis, relatos de experiências e mesas temáticas e reuniu representantes de diversas entidades, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, movimentos sociais e comunidade em geral para discutir, articular e promover ações voltadas para o desenvolvimento da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no estado de Mato Grosso. Como uma de suas premissas, sua última sessão foi reservada para elencar as discussões, problemáticas e propostas elaboradas pelas pessoas participantes, conforme





elencamos abaixo:

- O direito à moradia deve estar vinculado às políticas de regularização fundiária e a programas de assistência técnica, visando alcançar uma regularização fundiária plena, não restrita à titulação, mas abrangendo também a garantia de outros direitos como infraestrutura urbana, espaços livres públicos de lazer, entre outros;
- Inclusão da política de ATHIS aos programas estaduais e municipais de promoção à habitação e melhorias urbanas;
- Regulamentação e implementação da lei de ATHIS nos municípios e estado, considerando as especificidades regionais e as particularidades dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, por meio de soluções articuladas entre estado e municípios;
- Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Programa ATHIS MT, visando dimensionar as demandas e complexidades de ação no estado para subsidiar a formulação de um programa de assistência técnica estadual;
- Articulação entre movimento social organizado e assessorias técnicas populares para a avaliação de demandas e potenciais projetos para credenciamento junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades;
- Articulação entre as universidades, principalmente aquelas localizadas no interior do estado, visando formar profissionais sensibilizados para atuação com famílias vulnerabilizadas;
- Implantação de um Programa de Residência Técnica Estadual, articulando as instituições de ensino superior de todo o estado, principalmente do interior;
- Prestação do serviço de Assistência técnica de forma gratuita às famílias, viabilizando a atuação profissional dos técnicos envolvidos e garantindo a sua remuneração;
- Inclusão da temática da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social nos planos políticos-pedagógicos dos cursos de graduação em áreas correlatas à ATHIS, a exemplo de geógrafos, assistentes sociais, advogados etc., e não se restringindo à área da construção civil;





Fórum de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social em Mato Grosso

- Criação do Observatório das Políticas de Habitação, em nível estadual, com a participação de universidades e entidades sociais;

- Identificação, regulamentação e monitoramento da aplicação dos fundos estaduais e municipais ligados à temática urbana e habitacional (FETHAB, FUNDURB, Fundos municipais) com o intuito de garantir sua aplicação na política urbana e habitacional;

- Atrelar as estruturas de políticas de saúde e assistência social à assistência técnica para habitação de interesse social, aproveitando equipamentos públicos e estruturas organizacionais existentes e estruturados, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Agentes Comunitários de Saúde etc.;

- Fortalecer os espaços de participação popular e de controle social (Conselhos), assegurando que a sociedade civil esteja diretamente envolvida na formulação e execução dessas políticas;

- Fomentar a participação da sociedade civil em espaços deliberativos, como audiências do Plano Plurianual e demais leis orçamentárias;

- Tornar o direito à ATHIS amplamente conhecido por meio de ações junto à comunidade e atividades de educação urbanística tanto nas escolas, para atender crianças e adolescentes, como para o público adulto e idoso, no intuito de promover efetivamente a participação popular.

A partir do exposto, acreditamos que o Fórum funcionou como um espaço de articulação e estímulo a retomada dos debates sobre ATHIS, favorecendo e fortalecendo a união dos agentes sociais, políticos e técnicos com o objetivo de consolidar uma agenda comum para transformar essas propostas em ações concretas. Por conseguinte, convocamos o poder público, as entidades civis organizadas, as instituições de ensino e demais agentes a integrar essa rede em prol da promoção do direito à moradia digna por meio da efetivação da Lei 11.888/2008, que garante a Assistência Técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda em todo o país.

Cuiabá, 27 de julho de 2024

